

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

JOANA FRANCISCO VIEIRA

**A RELAÇÃO ENTRE ENDIVIDAMENTO E FALTA DE PLANEJAMENTO
FINANCEIRO PESSOAL EM UM GRUPO DE ACADÊMICOS DE SÉTIMA FASE
DE UMA UNIVERSIDADE DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA - SC**

CRICIÚMA

2014

JOANA FRANCISCO VIEIRA

**A RELAÇÃO ENTRE ENDIVIDAMENTO E FALTA DE PLANEJAMENTO
FINANCEIRO PESSOAL EM UM GRUPO DE ACADÊMICOS DE SÉTIMA FASE
DE UMA UNIVERSIDADE DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA - SC**

Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Administração no Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Jorge Antônio Marcelino, Especialista.

CRICIÚMA
2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que me ajudaram a concluir mais essa etapa em minha vida, especialmente aos meus pais e ao meu noivo, que estiveram presentes em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me abençoado ao longa desta caminhada e me dado forças para chegar até aqui e concluir mais esta etapa em minha vida.

A toda minha família, a minha irmã, Gabrieli, e em especial ao meu pai, Laudeci, e a minha mãe, Luzia, que sempre me apoiaram desde o principio do meu aprendizado até hoje.

Agradeço o meu noivo, José Luiz, pela paciência, apoio, compreensão, carinho, amor e motivação em todos os momentos e por me trazer alegria, por se preocupar e por estar sempre ao meu lado, também me incentivando, dando forças nos momentos difíceis e por sempre acreditar que eu seria capaz. Sou-lhe grata por me compreender e por suporta meu cansaço e minha ausência em alguns momentos, por ter percorrido este trajeto ao meu lado e nos muitos mais que virão.

Ao meu orientador Jorge Antônio Marcelino, que ajudou a tornar esse trabalho uma realidade, com sua paciência e atenção.

Aos meus colegas pelas amizades que construí na faculdade, pelo apoio e pela alegria que me propuseram ao longo desses quatro anos, os quais eu vou levar sempre no meu coração e vou sentir muita falta.

Enfim, a todos que contribuíram para a realização deste estudo.

“Os milagres acontecem às vezes, mas é preciso trabalhar tremendamente para que aconteçam”

Peter F. Drucker

RESUMO

VIEIRA, Joana Francisco. **A relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma - SC.** 2014. 52 f. Monografia do Curso de Administração – com Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma.

O objetivo do estudo foi verificar a relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma. Realizou-se uma pesquisa descritiva, bibliográfica e de campo, com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados por meio de um questionário, aplicado entre os dias 1º a 10 de outubro de 2014. A população considerada foi o universo de 79 acadêmicos do curso de Administração de uma universidade de Criciúma, SC. A partir desta população finita, chegou-se à amostra de 44 elementos, com um erro amostral de 10%. Os resultados indicaram que os jovens do estudo possuem problemas na administração de seu orçamento mensal, com gastos maiores do que os ganhos, dívidas em atraso, principalmente às devidas a cartão de crédito. Além disso, foi observado que não há prática de economizar seus recursos com aplicações ou investimentos. Da mesma forma, observou-se que o principal motivo alegado para o acúmulo de dívidas é a falta de planejamento ou desorganização financeira. Desse modo, pôde-se concluir que a falta de planejamento financeiro influencia diretamente no descontrole das finanças pessoais, o que leva ao endividamento e à contratação de mais dívidas, inclusive para saldar as que já se encontram em aberto.

Palavras-chave: Finanças Pessoais. Acesso ao Crédito. Planejamento Financeiro Pessoal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fatores determinantes do desequilíbrio financeiro das famílias.....	16
Quadro 1 – Exemplo de contas fixas.....	22
Quadro 2 – Exemplo de contas variáveis.....	23
Quadro 3 – Fórmula para o cálculo da amostra.....	31
Figura 2 – Idade dos acadêmicos	33
Figura 3 – Gênero	34
Figura 4 – Profissão	34
Figura 5 – Estado civil	35
Figura 6 – Renda mensal familiar.....	35
Figura 7 – Prática de planejamento financeiro formalizado.....	36
Figura 8 – Problemas com orçamento mensal.....	37
Figura 9 – Situação financeira atual referente aos ganhos	37
Figura 10 – Situação financeira atual referente a dívidas	38
Figura 11 – Dívidas em atraso	38
Figura 12 – Motivos para o endividamento	39
Figura 13 – Principal fonte de dívidas	40
Figura 14 – Tempo previsto para saldar as dívidas atuais	40
Figura 15 – Forma pela qual planeja saldar as dívidas	41
Figura 16 – Aplicação/investimentos financeiros.....	42
Figura 17 – Tipo ou modalidade de aplicação/investimentos financeiros.....	42
Figura 18 – Relação entre endividamento X falta de planejamento financeiro.....	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos	11
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 FINANÇAS PESSOAIS	13
2.2 FATORES RELACIONADOS AO CRESCIMENTO DA INADIMPLÊNCIA DE PESSOAS FÍSICAS NO BRASIL	15
2.3 PRINCIPAIS MODALIDADES DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTOS PARA PESSOAS FÍSICAS	17
2.4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL.....	20
2.5 FORMAS DE REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO	22
2.6 MODALIDADES DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS PARA PESSOAS FÍSICAS	23
2.7 SUGESTÃO DE AÇÕES PARA EVITAR OS DESEQUILÍBRIOS NA GESTÃO DO ORÇAMENTO FAMILIAR/PESSOAL.....	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	30
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO	31
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	32
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS	32
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	33
4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	33
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
4.3 PROPOSTAS DE SUGESTÕES.....	44
5 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE	48

1 INTRODUÇÃO

Dados sobre o endividamento das famílias revelam que este fenômeno, juntamente com a inadimplência do consumidor cresceu em 2013 aproximadamente 7,5% em relação ao ano anterior, com uma cifra de famílias endividadas na ordem dos 62,5% de média anual. Além disso, foi de 21,2% a média anual de famílias que registram dívidas ou contas em atraso, com 6,9% que não apresentam condições financeiras de honrar seus débitos (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC, 2014).

Além disso, o percentual de unidades familiares que possuem dívidas registrou patamar em nível superior ao registrado durante todo o ano de 2012, chegando ao seu maior patamar no mês de julho de 2013, com 65,2% das famílias. Esse acréscimo de famílias endividadas é atribuído ao aumento das concessões de crédito para pessoas físicas (CNC, 2014).

As principais dívidas das famílias relacionam-se a cheque especial, cartão de crédito, cheque pré-datado, crédito pessoal, crédito consignado, carnês, financiamento de casa, financiamento de carro e outro (CNC, 2014).

Nessas famílias, as mais endividadas são os que possuem jovens com idade entre 12 e 20 anos, que são as mais propensas a registrar o descompasso entre ganhos e gastos, com déficit mensal no orçamento na ordem de 5%, enquanto que os lares que não possuem membros dessa faixa etária conseguem economizar uma parte de seus rendimento (LOURENÇO, 2010).

Dados do Serviço de Proteção ao Crédito – SPC dão conta que em torno de 6,0% de jovens até 21 anos são clientes que se encontram negativados ou sem crédito. Os números só não são maiores, pois em muitos casos os pais e familiares intervêm para ajudar no pagamento das dívidas em muitos casos (LOURENÇO, 2010).

Como se verifica, os jovens são apontados como geradores das dívidas das famílias, o que pode ser decorrente da falta de planejamento financeiro pessoal, como forma de gestão das finanças pessoais. Frente a isso, este trabalho busca verificar a relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma.

No primeiro capítulo são apresentados os itens introdutórios, no qual se verificam o contexto do tema em estudo, a situação problema, os objetivos e a justificativa do estudo.

No segundo capítulo fundamenta-se teoricamente o estudo, apresentando-se temas de relevância para o cumprimento dos objetivos pretendidos, tais como finanças pessoais, planejamento financeiro, formas de investimentos, entre outros dados.

No terceiro capítulo são pontuados o enquadramento metodológico em que se embasou o presente trabalho, definindo-se o delineamento da pesquisa, a definição da área e da população-alvo, o plano de coleta de dados e o plano de análise dos dados.

No quarto capítulo apresenta-se os resultados obtidos, com sua respectiva análise da pesquisa de campo efetuada.

O trabalho prossegue com a conclusão, referências e apêndice.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Estima-se que 70% dos jovens brasileiros que estão iniciando suas carreiras estejam endividados. Devido a isso, acabam pondo em prejuízo o seu desenvolvimento profissional devido a fatores relacionados a esta problemática, tais como desatenção ao trabalho, absenteísmo, acidentes de trabalho e até doenças físicas e emocionais, com abalos em sua autoestima e qualidade de vida (LOURENÇO, 2010).

Este fator é atribuído principalmente a três motivos: o acesso facilitado ao crédito, ao excesso de marketing ou mídia, que muitas vezes leva ao consumo descontrolado de serviços e produtos não essenciais e, principalmente à falta de planejamento financeiro pessoal. Na verdade, o consumidor jovem geralmente é impulsivo e se descontrola financeiramente por meio de hábitos do consumismo, sem se importar se os débitos já estão ou passaram dos limites de seus ganhos (VILAIN; PEREIRA, 2013).

Neste cenário, o profissional jovem, inserido no mercado de trabalho, fica sem recursos para investimentos em sua carreira, o que poderia ser obtido por meio de cursos de graduação, de pós-graduação, idiomas, tecnologia, entre outros de aperfeiçoamento profissional, ficando sem muita qualificação dentro de um contexto

de um mercado de trabalho que se torna cada vez mais acirrado. Além disso, acredita-se que jovem que possui dívidas não apresenta o mesmo rendimento ou desempenho de outros colegas, tendo em vista que sua atenção ou preocupações sempre acaba sendo as suas dívidas (LOURENÇO, 2010).

A chave para a questão é a prática de uma gestão das finanças pessoais eficiente, com a adoção de planejamento financeiro pessoal. Porém, acredita-se que esta prática não é adotada pela maioria dos jovens, o que acaba gerando endividamento.

Frente ao acima exposto, a situação problema que este estudo trata responder pode ser formulado pela seguinte questão: Qual a relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Verificar a relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Levantar o perfil dos acadêmicos da amostra;
- b) Avaliar o hábito de realizar planejamento financeiro pessoal;
- c) Identificar a situação financeira referente aos ganhos e gastos;
- d) Verificar as condições financeiras atuais referentes a dívidas
- e) Identificar os motivos atribuídos ao endividamento pessoal;
- f) Avaliar os hábitos de poupança;
- g) Propor sugestões para se fomentar melhores práticas nas finanças pessoais visando-se evitar o endividamento de jovens e famílias.

1.3 JUSTIFICATIVA

O objetivo do estudo é analisar verificar a relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma.

Acredita-se que o estudo tem importância pelo fato de que pesquisas revelam um crescimento sempre crescente de endividados, dos quais, grande parte é de jovens. Por isso, torna-se oportuno estudar os fatores que levam ao endividamento nessa população, sobretudo a relação entre este fenômeno e a falta de planejamento financeiro.

Frente a isso, considera-se que o estudo tem relevância para a sociedade, para a acadêmica e para a universidade. Para a sociedade, o trabalho é relevante, pois ajuda a compreender este fenômeno, bem como as formas de se evitar o mesmo, o que poderá contribuir para um maior controle dos gastos das famílias/jovens e conseqüentemente uma maior qualidade de vida. Para a acadêmica, o estudo é relevante porque oportuniza a realização de uma pesquisa em torno deste assunto, aumentando seu entendimento sobre a problemática. Para a universidade, o estudo é relevante à medida que aumenta o acervo teórico relativo ao acervo sobre o tema tratado.

O momento é oportuno para a realização do estudo, pois várias pesquisas e estudos já vêm confirmando o fenômeno do endividamento nas famílias/jovens, problemática que precisa ser conhecida para que possa se criar estratégias e ações para que seja atenuado.

Por fim, a viabilidade do estudo ocorre devido a acadêmica ser aluna do curso de Administração onde ocorreu a pesquisa, o que facilitou a coleta de dados entre os participantes do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo fundamenta teoricamente o estudo, no qual se apresenta temas de relevância para o cumprimento dos objetivos pretendidos, tais como finanças pessoais, planejamento financeiro, formas de investimentos, entre outros dados.

2.1 FINANÇAS PESSOAIS

Levando-se em consideração que as decisões de cunho financeiro englobam riscos elevados, uma das questões que vêm se destacando no âmbito de várias ciências (Economia, Administração, Psicologia, entre outros), é referente ao endividamento das famílias e das pessoas individuais. Isso porque, mudaram os hábitos relacionados ao consumo, levando os indivíduos a escolherem entre diversas opções de produtos e serviços, e sem muitas restrições em termos de financiamento, muitas vezes gerando o endividamento (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

Por endividamento, pode-se compreender a processo de contrair ou assumir dívidas. Refere-se ao saldo devedor de uma pessoa, resultado de uma ou mais obrigações simultâneas em aberto, que são oriundas de capital de terceiros. (DIAS *et al*, 2014).

Em finanças pessoais, o termo sobre-endividamento surge para caracterizar de forma mais pontual a problemática relacionada à questão. O sobre-endividamento ou superendividamento caracteriza-se pela situação na qual a pessoa encontra-se incapaz de honrar seus compromissos financeiros com a renda que possui. Pode ocorrer de forma ativa, quando a pessoa contribui para a dívida, e na modalidade passiva, quando não há contribuição da mesma, o que ocorre em casos de desemprego e doenças, por exemplo (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

Conforme Domingos (2009, p. 19):

Lembrando que deste grupo fazem parte as pessoas que ao fazer uma análise de quanto ganha e quanto gasta, percebem que ao fim de um mês o resultado é negativo, ou seja, utiliza-se do limite do cheque especial, pagamento da parcela mínima do cartão de crédito e financiamentos, até mesmo crédito consignado. Essa situação é gravíssima, as pessoas que

estão nessa situação devem mobilizar imediatamente a atenção de toda a família para a solução dessa crise. Independente dos valores que as dívidas atingiram, uma dica fundamental é que as pessoas não devem entrar em desespero. Apenas com calma que as pessoas conseguirão reverter essa situação.

Numa economia capitalista, como a brasileira, que se baseia no sistema de troca de dinheiro e crédito para o consumo de bens e serviços, pode-se entender como finanças pessoais a forma de manejar os recursos financeiros, seja próprio ou de terceiros, de forma a não se registrar mais despesas do que receita (MEDEIROS; LOPES, 2014).

A valorização e importância relacionadas ao dinheiro devem ser consideradas nas mais diversas fases de formação da vida das pessoas, como forma de se evitar contrair dívidas desnecessárias ou superiores à capacidade de pagamento. Este conhecimento deve permear todos os ciclos evolutivos do desenvolvimento humano, como também nas fases do conhecimento que é adquirido na escola, na família, no meio acadêmico, no ambiente de trabalho, no ciclo de amizades, entre outros (SANTOS, 2014).

Isso porque, de forma que os indivíduos possam ser bem-sucedidos, torna-se indispensável que esses sejam capazes de utilizar seus ativos econômicos de maneira produtiva e eficiente, por meio de uma adequada gestão de suas finanças pessoais (PÓVOA, 2010).

Finanças pessoais é a aplicação dos princípios de finanças para as decisões monetárias de uma unidade individual ou familiar. Aborda as maneiras pelas quais os indivíduos ou famílias obtêm orçamento, gastam e economizam recursos monetários ao longo do tempo, tendo em conta os diversos riscos financeiros e eventos de vida futuros. Componentes de finanças pessoais podem incluir contas correntes e de poupança, cartões de crédito e crédito ao consumo, os investimentos no mercado de ações, planos de aposentadoria, benefícios previdenciários, apólices de seguros e gerenciamento de imposto de renda (DIAS *et al*, 2014).

Em geral, pode-se definir finanças pessoais como a área da gestão financeira que busca a análise e aplicação dos princípios e ferramentas destinadas a utilização e otimização dos recursos financeiros disponíveis de forma eficiente por um indivíduo e/ou família.

A noção de finanças pessoais assume uma relevância importante nos

dias de hoje, pois em princípio, considera o dinheiro que uma família ou uma pessoa precisa para a sua subsistência. O indivíduo deve estar ciente sobre como obter esse dinheiro e como se proteger contra situações imprevistas (por exemplo, uma demissão, uma doença). Outros aplicativos de finanças pessoais se referem à capacidade de poupança, despesa e investimento, áreas que se dedicam a encontrar alternativas para a vida dos indivíduos para aconselhá-los como investir o seu dinheiro, a fim de obter um saldo positivo, o que reduz as perdas e a qualidade de vida (FERREIRA, 2014).

Dessa forma, muitos são os fatores que podem ser apontados como ensejadores ou motivadores do consumo desenfreado, que, por sua vez, levam ao descontrole das finanças pessoais e ao endividamento das famílias ou indivíduos, conforme se apresenta a seguir.

2.2 FATORES RELACIONADOS AO CRESCIMENTO DA INADIMPLÊNCIA DE PESSOAS FÍSICAS NO BRASIL

Entre os diversos motivos que buscam explicar o comportamento do consumidor perante o endividamento e inadimplência, podem ser apontados o consumo excessivo e o materialismo (SANTOS; SOUZA, 2014).

O materialismo refere-se à situação na qual as posses materiais atuam como um importante fator para o estabelecimento e manutenção de estados mentais positivos, como apego aos objetos funcionando como bem-estar para as pessoas. O consumo excessivo, por sua vez, leva a comportamento de compras descontroladas, inclusive além do que permite sua vida financeira ou renda (SANTOS; SOUZA, 2014).

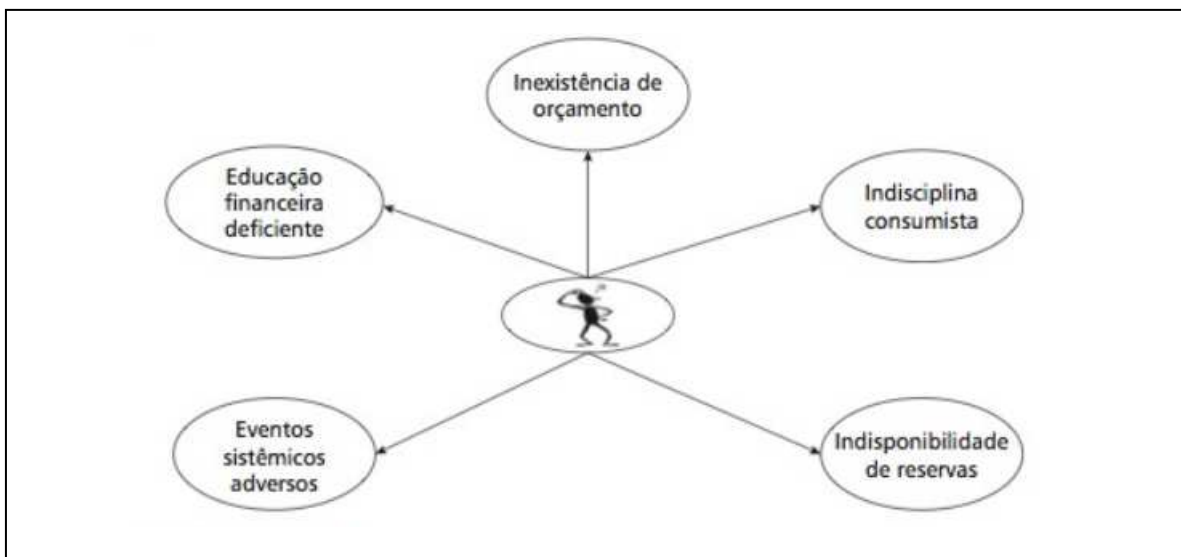
Frente a isso, alguns fatores são atribuídos para o aumento em cifras expressivas da inadimplência no Brasil nos últimos anos, no Brasil, conforme Ferreira (2014):

- a) Falta de controle orçamentário por parte das famílias;
- b) Propensão de forma desordenada ao acesso de bens de consumo, o que gera o aumento de dívidas;
- c) Facilidades maiores para a obtenção de crédito comercial e bancário;
- d) Simulação de poucos riscos nas análises de crédito por parte de

- funcionários de instituições como forma de atingir metas ou como direcionamento da própria instituição;
- e) Omissão de informações por parte de tomadores a respeito de sua real situação em termos financeiros, para obter êxito nas solicitações de crédito;
 - f) Ausência ou pouca educação financeira, principalmente por aqueles que utilizam créditos onerosos como forma de complemento da renda, financiando a compra de várias modalidades de bens, produtos e serviços.

Assim, determinadas situações são determinantes para o desequilíbrio financeiro das famílias e pessoas individuais, tal como retratado por Santos (2014) na Figura 1.

Figura 1 – Fatores determinantes do desequilíbrio financeiro das famílias



Fonte: Santos (2014, p. 259).

Na verdade, uma conjunção de fatos levam as pessoas a se descontrolar em termos de finanças pessoais, sobretudo frente a um mais fácil acesso ao crédito, na forma de empréstimos e financiamentos, muitas vezes para pagar outras dívidas (SANTOS; SOUZA, 2014).

Com base nisso, a seguir, busca-se apresentar as principais modalidades de empréstimo aos quais têm acesso a pessoa física.

2.3 PRINCIPAIS MODALIDADES DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTOS PARA PESSOAS FÍSICAS

No segmento de pessoas físicas, encontram-se algumas modalidades em forma de crédito que são direcionadas ao atendimento de necessidades consideradas como eventuais ou temporárias, principalmente as que são oriundas de gastos básicos (ex.: alimentação, moradia, alimentação, educação, saúde e combustíveis), bem como as relacionadas à aquisição de bens e patrimônio (imóveis e móveis) (FERREIRA, 2006).

Entre as modalidades de financiamentos e empréstimos que são destinadas às pessoas físicas, encontram-se as definidas na sequência, apresentadas por Santos (2014) e sintetizadas a seguir.

- a) Cheque especial: É a modalidade de crédito do tipo rotativo destinada ao atendimento de necessidades temporárias ou eventuais dos clientes correntistas das instituições bancárias.
- b) Cartão de crédito: É uma forma de efetuar pagamento de modo eletrônico. É uma modalidade de crédito capaz de permitir aos usuários que realizem compras de bens e serviços, bem como saques em dinheiro, desde que estes não ultrapassem os limites de crédito concedidos.
- c) Contrato de crédito/crédito pessoal: É a modalidade de crédito que é condicionada à amortização de forma parcelada do valor principal acrescida de juros. Pode ser aplicada ao financiamento de projetos de ordem pessoal (ampliação ou construção de imóveis), educação, saúde, educação e aquisição de bens (eletrodomésticos, imóveis, eletroeletrônicos, veículos, entre outros).
- d) Crédito estudantil: Este tipo de crédito tem por objetivo facilitar para alunos interessados ingressarem no ensino superior. O pagamento é realizado somente depois da conclusão do curso, com carência de 18 meses para iniciar o pagamento após formado, além de três vezes de prazo relativo ao curso para quitar a dívida integral. Como por exemplo, quem fez um curso de quatro anos terá mais de 13 anos para fazer o pagamento. Devido ao fato de que os recursos são oriundos do Ministério da Educação, a taxa de juro praticada é baixa e subsidiada pela União.
- e) Crédito consignado: Refere-se a um tipo de empréstimo que é

concedido para trabalhadores que atuam em empresas privadas, públicas ou a pensionistas e aposentados. O desconto das prestações acordadas ocorre diretamente no contracheque ou no benefício previdenciário.

f) **Crédito Direto ao Consumidor (CDC):** É uma operação de crédito que é concedido para que pessoas físicas possam adquirir produtos ou serviços, cuja instituição concessora são lojas de departamento, financeiras e bancos. Os produtos adquiridos podem ser usados ou novos, tais como bens eletrodomésticos e veículos.

g) **Financiamento habitacional:** Como o próprio nome indica, este tipo de empréstimo é contraído para financiar um imóvel habitacional. Contudo, pode ser utilizado para reforma, construção ou compra do mesmo.

h) **Financiamento de veículos:** Os financiamentos deste tipo destinam à aquisição de carros usados ou novos, sendo um tipo de empréstimo que pode ser contraído por instituições bancárias públicas ou privadas, por meio do crédito direto ao consumidor (CDC). Para que se calcular o limite de crédito, utiliza-se principalmente o salário ou a renda mensal do contratante. Os valores financiados e as prestações são negociados de acordo com o salário do comprador. No entanto, o veículo mesmo em posse do comprador, não pode passar por negociação (está alienado à instituição) até que todas as prestações sejam pagas. As taxas de juros são prefixadas já no início do negócio, não podendo passar por alterações.

i) **Leasing:** Também denominado de arrendamento mercantil, é a operação em que o dono de um bem arrenda para um terceiro, que passará a ter posse, podendo usufruir do mesmo enquanto o contrato estiver em vigor, tendo a opção de adquiri-lo ou não de forma definitiva no final. O contrato de *leasing* pode prever ou não a opção de compra do bem de propriedade do arrendador por parte do arrendatário. Desse modo, a principal diferença encontrada entre o arrendamento mercantil e o financiamento tradicional é que no caso deste último, o bem torna-se propriedade do contratante imediatamente à contratação ou compra.

j) **Consórcio:** Refere-se à reunião de pessoas físicas (ou jurídicas) para que possam adquirir imóveis, móveis ou serviços. O participante de cada grupo fechado, denominados de cotistas, contribuem em forma de

parcelas ou prestações mensais para formar uma poupança comum. De forma periódica, segundo as previsões contratuais, as contribuições que foram pagas pelos membros são destinadas à contemplação de seus cotistas.

k) Crédito rural: É uma modalidade de financiamento que se destina a produtores rurais e organizações cooperativas, bem como a associações de agricultores. O objetivo deste financiamento é o estímulo e fomento de recursos a título de investimentos para ajudar no custeio das atividades produtivas e de comercialização das safras ou produtos agropecuários.

l) Microcrédito: Refere-se à modalidade de investimento/crédito que busca o atendimento de necessidades de cunho financeiro a pessoas físicas e/ou jurídicas empreendedoras que atuam em atividades de pequeno porte. É a concessão de empréstimos cujos valores são considerados pequenos a microempreendedores informais ou formais, que normalmente não tem acesso ao sistema financeiro tradicional.

Antes que se contrate um empréstimo, torna-se necessário, por parte do tomador, que se leve em consideração alguns procedimentos, como enumerados por Santos (2014):

a) Avaliação dos valores relativos às parcelas em relação à compatibilidade do orçamento doméstico/pessoal;

b) Trabalho de pesquisa das taxas cobradas a título de juros e das condições que são oferecidas por diversas instituições financeiras ou bancárias;

c) Buscar identificar se a instituição concedente está devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central;

d) Fazer um levantamento do número de ocorrências em termos de reclamações registradas em órgãos de defesa do consumidor, como o Procon (Proteção ao Consumidor), contra as instituições financeiras ou bancárias nas quais se busca o crédito pretendido, bem como pesquisar junto a outros clientes que já efetuaram transações com as mesmas. No caso de haver reclamações registradas em número excessivo, o empréstimo pode não ser um negócio recomendado;

e) Ler atentamente o contrato do empréstimo antes de efetuar a assinatura;

- f) Exigir a cópia do contrato antes do fechamento da negociação;
- g) Ter conhecimento do valor a título de multa do empréstimo nos casos em que houver atrasos;
- h) Conhecer todos os todos os encargos com previsão no contato.

Além disso, após a solicitação, é necessário ter-se o cuidado de não se descuidar dos dias de pagamento das parcelas, para que não haja ocorrências de multa ou inclusão do nome em lista de inadimplentes (FERREIRA, 2006).

Contudo, ainda mais aconselhável é realizar um planejamento financeiro, como forma de melhor escolher a modalidade de empréstimo ou financiamento que se pode requerer, bem como devido a outras inúmeras vantagens que tal prática apresenta (FRANKENBERG, 2009), conforme se discorre no item a seguir.

2.4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Quando se trata de planejamento financeiro pessoal, é necessário ter em conta que para a gestão dos gastos ou de investimento é necessário que se lembre que as necessidades, geralmente são ilimitadas e os recursos são escassos; daí a importância de priorização das necessidades que serão satisfeitas (CERBESI, 2009).

Planejamento financeiro pessoal diz respeito ao estabelecimento e cumprimento de estratégias que sejam deliberadas, precisas e dirigidas visando a acumulação de valores e bens que irão formar o patrimônio de uma família ou de um indivíduo (FRANKENBERG, 2009).

O planejamento financeiro é um processo pelo qual bases e atividades financeiras estão definidas, a fim de minimizar os riscos e aproveitar as oportunidades e recursos (VILAIN; PEREIRA, 2013).

O planejamento financeiro é uma técnica que engloba um conjunto de métodos, instrumentos e objetivos, a fim de estabelecer previsões econômicas e financeiras, para alcançar os objetivos de negócio ou pessoais, tendo em conta os meios que têm e aqueles que são necessários para alcançar este objetivo (DOMINGOS, 2009).

É um processo de três etapas para decidir quais ações devem ser tomadas para atingir os objetivos presentes e futuros: planejar o que fazer, executar e verificar a eficiência de como foi feito (FERREIRA, 2014).

O sucesso financeiro é poder obter o máximo de benefícios com recursos financeiros limitados. Por meio do planejamento financeiro, pode-se identificar a situação financeira atual, definir metas e objetivos, implementar estratégias para alcançá-los e tomar decisões eficazes (FRANKENBERG, 2009).

Por meio de um planejamento financeiro, torna-se possível a adequação entre os rendimentos pessoal e familiar às necessidades que são indispensáveis. O planejamento financeiro também permite a eliminação de gastos que não são necessários (supérfluos), o planejamento de compras futuras para se evitar o desembolso excessivo a título de juros, realização de objetivos de vida e o enfrentamento de eventuais problemas com maior tranquilidade e segurança (PÓVOA, 2010).

Santos (2014, p. 256), dessa forma, considera:

Para o êxito das finanças pessoais é indispensável a elaboração, a utilização e o monitoramento frequente do planejamento ou orçamento financeiro mensal. Através desse mecanismo, as pessoas terão conhecimento detalhado de sua situação financeira e do que precisarão fazer para que tenham saldos líquidos mensais positivos que sejam destinados para a formação ou reforço da reserva financeira.

A importância do planejamento financeiro também pode ser atribuída pelo fato da relevância relacionada ao bem-estar financeiro, que está intimamente ligado com as relações pessoais, familiares e sociais do indivíduo, e isso se reflete também no progresso de uma nação. Pessoas inadimplentes geralmente apresentam dificuldades para saldar suas dívidas e muitas vezes não são hábeis na gestão de seus rendimentos. Isso ocasiona problemas de fundo psicológico, tais como divórcios, doenças, alcoolismo, drogas e até suicídio (SANTOS; SOUZA, 2014).

Sobre a importância do planejamento financeiro, Willian (2009, p. 16) coloca:

Um bom plano financeiro pode reduzir o tempo para a conquista de um sonho. Isso acontece porque passamos a concentrar nossos esforços em ações precisas. Nossas ações passam a serem direcionadas, tendo sempre um alvo como principal foco.

Por isso, um planejamento financeiro contribui para um menor risco e menos erros, evitando contratos e dívidas excessivas, garantindo que a pessoa possa ter dinheiro disponível para qualquer eventualidade (PÓVOA, 2010).

Para realizar-se um planejamento financeiro, podem ser utilizadas algumas técnicas, conforme se discorre no item a seguir.

2.5 FORMAS DE REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO

De forma prática, o planejamento financeiro pode ser procedido por meio de formulário ou planilha do orçamento, que, por sua vez, disponibiliza a confrontação em relação à renda total com a despesa em período de tempo determinado (SANTOS, 2014).

O valor que mais se destaca na análise do orçamento refere-se ao saldo líquido. Em outras palavras, deve-se avaliar se o resultado no período foi positivo, ou seja, se o valor das despesas totais foi menor ao verificado na soma da renda total; ou negativo, o que leva as pessoas, famílias ou empresas venda de patrimônio e/ou à captação de recursos para complementação das despesas ((PÓVOA, 2010).

As contas do orçamento ou planejamento financeiro devem ser enquadrada como em fixas e variáveis. Do ponto de vista das contas fixas, enquadram-se as que o total não se altera em determinado período. Já as contas que são classificadas como variáveis referem-se àquelas cujo valor varia segundo a frequência em que é utilizada (FRANKENBERG, 2009).

No Quadro 1, apresenta-se exemplos de rendimentos e despesas fixas:

Quadro 1 – Exemplo de contas fixas

Exemplos de Rendimentos Fixos	Exemplos de Despesas Fixas
– Renda assalariada	– Aluguel
– Aposentadoria	– Prestação da casa
– Pensão	– Planos de saúde
– Mesada	– Mensalidade escolar

Fonte: Santos (2014, p. 24)

Já o Quadro 2 apresenta exemplos de contas variáveis:

Quadro 2 – Exemplo de contas variáveis

Exemplos de Rendimentos Variáveis	Exemplos de Despesas Variáveis
– Renda de prestação de serviços	– Água
– Renda comissionada	– Energia elétrica
– Dividendos	– Gasolina
– Receitas financeiras	– Medicamentos

Fonte: Santos (2014, p. 24)

Portanto, a regra básica é a de ter mais do que se desembolsa ou gastar menos do que é capaz de ganhar ou ganha, conforma afirma Cerbasi, 2009, p. 42):

A receita para qualquer pessoa física ou empresa prosperar envolve um raciocínio bastante simples: gastar menos do que se ganha e investir bem a diferença. De tão óbvia a colocação, parece inócua. Mas aqueles que entendem a profundidade desta fórmula são os que deixam o rebanho dos inconformados para conquistar seu lugar ao sol.

No entanto, para que essa regra possa ter sucesso, torna-se indispensável que se tenha um controle de forma detalhada em termos de movimentação financeira, o que pode ser obtido por meio de registro de todos os valores relativos a gastos que são realizados, bem como das receitas em período determinado (PÓVOA, 2010).

Além do mais, ao se ter uma boa técnica de planejamento financeiro, a pessoa torna-se mais capaz de escolher uma ou mais modalidades financeiras para efetuar suas aplicações ou decisões de investimento, conforme apresentas a seguir.

2.6 MODALIDADES DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS PARA PESSOAS FÍSICAS

A decisão por investimentos do ponto de vista das finanças pessoais e planejamento financeiro, deve ser tomada com muito cautela, com o investidor analisando todas as possibilidades de investimento, como forma de melhor aplicar, bem como aplicar sem riscos (VILAIN; PEREIRA, 2013).

Além disso, conforme Cerbasi (2009, p. 43):

Muitas pessoas afirmam que investem seus recursos, porém não o fazem. Elas têm a ilusão de que investem porque alocam parte de suas riquezas em algo que entendem como não sendo consumo imediato. Mas nem todo dinheiro que é direcionado para algo que possa ser revendido, isto é,

convertido novamente em dinheiro no futuro, é considerado investimento. Tudo que ganha valor no tempo é um investimento, desde que você tenha condições de usufruir dos resultados obtidos com o aumento de valor. Na linguagem usada por especialistas, um investimento precisa ter liquidez, ou seja, a transformação dele em dinheiro deve ser viável quando você precisar. Não considero a casa própria, por exemplo, um investimento. Por mais que ela tenha potencial de valorização, dificilmente você aceitará, no futuro, vender sua casa supervalorizada e mudar-se para uma moradia econômica, visando viver dos rendimentos da diferença poupada.

No Brasil, pode-se encontrar algumas alternativas de investimentos ou aplicações financeiras para as pessoas físicas, conforme apresentadas a seguir:

- Caderneta de poupança: Refere-se ao investimento mais conservador, tradicional e popular na população brasileira, sobretudo os que têm renda menor. Qualquer pessoa, munido de Carteira de Identidade, CPF, comprovantes de residência e de renda pode aderir a esta forma de aplicação financeira em uma agência bancária. Apesar de ser pouco rentável, é um investimento de baixo risco. Também nesta forma de aplicação financeira não incidem os seguintes impostos para pessoas físicas: Imposto sobre Operações Fiscais (IOF) e Imposto de Renda (IR). Os rendimentos são calculados e divulgados diariamente pelo Banco Central (SANTOS, 2014).

- Certificado de Depósito Bancário (CDB): Refere-se a título de captação de recurso cuja origem de emissão são os bancos. Funciona como uma forma de empréstimo que o correntista solicita, pelo qual recebe uma remuneração. O resgate é definido pela instituição bancária, mas pode-se retirar antes que a sua rentabilidade seja alcançada, sem prejuízos, ao se respeitar os prazos mínimos de aplicação, que podem variar entre um dia a um ano, dependendo da remuneração que se deseja. Nesta aplicação, incide Imposto de Renda, que pode variar de 15% a 22,5%, segundo com o tempo investido, a ser pago no resgate da aplicação. Não ocorre taxa de administração. No entanto, caso o valor ficar aplicado pelo período inferior a 30 dias, cobra-se o Imposto sobre Operação Financeira (IOF) (SANTOS, 2014).

- Fundos de investimentos: Refere-se a uma forma de condomínio que engloba recursos de investidores em conjunto, denominados cotistas. O objetivo é a obtenção de ganhos a partir da aquisição de uma carteira que é composta por vários tipos de ativos ou investimentos. Seu funcionamento ocorrer de forma igual ao condomínio de um edifício, no qual cada condômino é proprietário de uma cota (um apartamento) e remunera alguém especializado para que administre e coordene as

tarefas do condomínio (na analogia, seria o pessoal da limpeza, o jardineiro, manutenção de elevadores porteiro, entre outros) (FERREIRA, 2014).

Sobre esta forma de aplicação, Santos (2014, p. 112) explica:

No fundo de investimento, a administração e a gestão são realizadas por especialistas contratados para o acompanhamento da carteira. Na distribuição das tarefas, os administradores tratam dos aspectos jurídicos e legais do fundo, enquanto os gestores da estratégia de montagem da carteira de ativos do fundo, visando ao maior lucro possível com o menor nível de risco. Para isso, as equipes de gestores acompanham e analisam o mercado diariamente em busca de boas oportunidades de investimento. Elas administram os recursos do fundo de forma transparente e possuem poderes para tomar decisões de investimento. A remuneração das tarefas é realizada através da cobrança de uma taxa de administração, que varia conforme o volume de recursos aplicados.

Devido ao volume de dinheiro captado, o fundo obtém taxas consideradas como sendo mais vantajosas nas várias operações do que um médio ou pequeno investidor conseguiria individualmente (FRANKENBERG, 2009).

Em virtude do volume de dinheiro que capta, o fundo consegue taxas mais vantajosas em várias operações do que um pequeno e médio investidor individualmente conseguiria (PÓVOA, 2010).

- Tesouro Direto: Refere-se a um programa de venda de títulos públicos destinado a pessoas físicas pelo Tesouro Nacional, com parceria com a Bolsa de São Paulo. O investimento é relativamente simples. Além disso, o investidor não necessita de quantidade muito expressiva de capital para iniciar este investimento, tendo em vista que esta aplicação é capaz de permitir investimentos a partir do valor de R\$ 30,00, seja de curto, médio ou longo prazos. Também não se precisa ir pessoalmente, pois as transações são realizadas on line (SANTOS, 2014).

Nas palavras de Ferreira (2014, p. 117) sobre esta forma de aplicação pessoal:

No Tesouro Direto, o investidor gerencia pessoalmente seus investimentos, ao escolher os prazos e os indexadores dos títulos públicos que deseja comprar. O investidor também pode agendar suas aplicações com antecedência e regularidade. Uma vez comprados os títulos, o investidor receberá os rendimentos da aplicação até o vencimento do papel (data predeterminada para o resgate do título), quando os recursos são depositados em sua conta com o rendimento combinado. Mas sempre que precisar, o investidor pode vendê-los antes de seu vencimento ao Tesouro Nacional somente às quartas-feiras, pelo seu valor de mercado. Além disso, o rendimento da aplicação em títulos públicos é considerado competitivo se comparado com as outras aplicações financeiras de renda fixa existentes no mercado.

Nesta forma de aplicação, as taxas a título de custódia e de administração

são baixas, e o Imposto de Renda somente será devido no momento da venda, vencimento do título ou pagamento de cupom de juros (PÓVOA, 2010).

- Títulos públicos: Dizem respeito aos que são emitidos pelas três esferas do Estado, ou seja, governo federal, estadual o municipal, visando obter caixa para que suas atividades sejam financiadas em áreas de saúde, educação, infraestrutura, bem como para pagamento das dívidas públicas. A emissão e controle dos títulos, no nível do governo federal, ocorre por parte da Secretaria do Tesouro Nacional (PÓVOA, 2010).

Santos (2014, p. 117) explica: “Os títulos públicos são ativos de renda fixa, ou seja, seu rendimento pode ser dimensionado no momento do investimento, ao contrário dos ativos de renda variável (como ações), cujo retorno não pode ser estimado no instante da aplicação”.

Devido a menor volatilidade em relação aos ativos de renda fixa em relação aos ativos de renda que são variáveis, este tipo de investimento ou aplicação é considerada mais conservadora, ou seja, apresenta menor risco (PÓVOA, 2010).

- Produtos estruturados: São aqueles em que o investimento é realizado com base em uma plataforma estimada no comportamento de um índice financeiro (dólar, Ibovespa, CDI) considerando um prazo determinado. O resultado se dará de forma proporcional frente ao risco que é verificado pelo desempenho indexado ao índice, estando também sempre consoante às oscilações que ocorrem no mercado. Porém, na hora da contratação, já se pode conhecer o pior e o melhor resultado segundo se comporta o desempenho do índice (FERREIRA, 2014).

De acordo com Santos (2014, p. 121):

Dependendo da estrutura contratada, pode ter proteção total ou possibilidade de perda parcial do capital investido. Por se tratar de investimento estruturado, com rentabilidade vinculada a um índice financeiro e riscos específicos, a instituição financeira analisa o perfil do te se há disposição para arriscar parte do capital investido em troca de rentabilidades potencialmente maiores, tendo em vista que no pior cenário e dependendo da estrutura contratada, pode haver perda de parte do capital investido. Dessa forma, recomenda-se obter orientação jurídica, financeira e tributária em caráter independente e individual antes de tomar uma decisão de investimen- to nessa modalidade.

No entanto, estes investimentos podem apresentar maior rentabilidade em relação à poupança, porém, risco de perda apenas da rentabilidade ou de uma parte do capital que foi investido, o que dependerá da estrutura contratada (VILAIN;

PEREIRA, 2013).

- Previdência Complementar: É um tipo de aplicação financeira que possui um funcionamento simples: durante o período de tempo em que o investidor está trabalhando, ele efetua o pagamento mensal conforme suas disponibilidades, vindo a acumular desse modo, um saldo a ser resgatado de forma integral ou recebido por mês por ocasião de sua aposentadoria. Desse modo, o investidor decide quando receber (PÓVOA, 2010).

Na visão de Santos (2014, p.) sobre esta aplicação:

Na realidade, os planos de previdência atuam como um investimento de longo prazo: quanto maior o volume investido, maior será a renda mensal. Outra vantagem é que o governo modificou a tributação da previdência complementar, possibilitando melhores rendimentos líquidos para quem manter o dinheiro aplicado por mais tempo. [...]. Os números comprovam que, quanto maior for o salário no período imediatamente anterior à aposentadoria, maior será a diferença entre o que o investidor ganha – seu padrão de vida atual – e o que a previdência social vai lhe pagar – seu padrão de vida no futuro.

A previdência complementar é um investimento capaz de permitir o acúmulo de recursos visando um futuro tranquilo, por meio de uma renda mensal (FERREIRA, 2006).

- Ações: Esta forma de aplicação financeira é a prática de adquirir ações de uma organização com capital aberto (as Sociedades Anônimas), fazendo com que o adquirente torne-se sócio da mesma (FERREIRA, 2006).

No entanto, para Santos (2014, p. 127): “São investimentos de alto de risco. É preciso procurar uma boa corretora de ações e manter-se sempre informado pois o desempenho da Bolsa de Valores é sujeito às variações do mercado financeiro”.

Além disso, paralelamente a permitir um rendimento maior, o investidor fica sujeito a maiores perdas e riscos, incluindo o patrimônio que foi investido nos casos precisar negociar as ações em baixa (FRANKENBERG, 2009).

Mesmo conhecendo-se os principais tipos de investimentos ou aplicações financeiras, especialistas dão algumas dicas para se evitar os desajustes nas contas das finanças pessoais, conforme se verifica a seguir.

2.7 SUGESTÃO DE AÇÕES PARA EVITAR OS DESEQUILÍBRIOS NA GESTÃO DO ORÇAMENTO FAMILIAR/PESSOAL

Buscando-se evitar o desequilíbrio financeiro, bem como as consequências deste na vida familiar, social e pessoal, pode-se adotar algumas estratégias, segundo Ferreira (2006):

- a) Não tomar empréstimos bancários. Contudo, caso esse venha a ser necessário de forma real, é preciso conhecer de forma exata o montante a ser pago por mês até o final do contrato;
- b) Não pagar uma dívida assumindo outro compromisso financeiro. É preferível que se faça uma negociação do saldo devedor junto à instituição, verificando-se a possibilidade de taxas, prazos melhores;
- c) Evitar despesas que são desnecessárias e contraídas por impulso, sem que haja uma análise prévia das finanças pessoais;
- d) Tentar não efetuar compras na modalidade de cartão de crédito em que os valores são superiores à capacidade real de pagamento. Buscar, sempre que possível, amortizar a fatura integralmente;
- e) Não usar ou evitar o máximo o uso do cheque especial.

Outra dica para que se busque evitar saldo negativo no orçamento ou desequilíbrio financeiro, pode ser utilizando as seguintes ações diárias, mensais e anuais, conforme apresenta Santos (2014):

- a) Diariamente: Juntar todos os comprovantes a título de gastos e registrar os mesmos para se efetuar o somatório e o controle dos desembolsos;
- b) Mensalmente: Verificar se os gastos e rendimentos enquadraram-se nos valores previstos. Fazer uma análise das variações e refletir sobre as causas, ajustando o orçamento quando aplicável;
- c) Anualmente: Elaborar o orçamento para o próximo ano, incluindo as despesas e rendas fixas que irão ocorrer, definindo uma margem líquida a ser aplicada em alguma modalidade de investimento e definir uma margem líquida a ser utilizada para casos de eventualidades.

Sobre isso, Domingos (2009, p. 14) aconselha:

Se você estiver entre os endividados, o correto é registrar por 30 dias tudo que ganha e gasta, para quem possui rendimentos variáveis aconselho a

fazer esse exercício por 90 dias, com isso se descobrirá a média de gasto. Nesse exercício é fundamental registrar até mesmo os pequenos gastos, como gorjetas, lanches, padarias, estacionamento, etc. Ao fim desse período certamente se terá uma grande surpresa já dando início as mudanças principalmente o comportamento com relação à utilização de seu dinheiro, reduzindo gastos desnecessários que já tinham se tornado hábitos.

A estratégia de planejamento, que pode ser direcionada a curto, médio ou longo prazo, não é uma tarefa simples de ser atingida, devido as mais variadas incertezas e imprevistos da vida e também por outros tantos fatores que ocorrem no dia a dia (FRANKENBERG, 2009).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são pontuados o enquadramento metodológico em que se embasou o presente trabalho, definindo-se o delineamento da pesquisa, a definição da área e da população-alvo, o plano de coleta de dados e o plano de análise dos dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Em relação aos fins de investigação, o estudo pode ser caracterizado como uma enquadrar este estudo como do tipo descritiva.

a) Pesquisa descritiva: As pesquisas descritivas buscam descrever determinadas situações, fenômenos ou contextos, de forma que o pesquisador não interfira nos resultados (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Andrade (2005, p.124) define pesquisa descritiva da seguinte forma:

Neste tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles, isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, porém, não manipulados pelo pesquisador.

Em relação aos meios, o estudo pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica e de campo.

a) Pesquisa bibliográfica: Este tipo de estudo refere-se ao levantamento e à uma criteriosa e sistemática análise dos resultados, achados e conclusões aos quais chegaram outras pesquisas que investigaram um determinado tema. Este tipo de pesquisa também é chamado ou conhecido por revisão bibliográfica ou estudos de revisão de literatura. Seu objetivo é proceder a organização, comparação e resumo de outros estudos, sendo úteis nos casos em que o pesquisador precisa desenvolver uma avaliação sobre um tema ou campo de pesquisa determinado (APOLINÁRIO, 2011).

A pesquisa bibliográfica, na verdade, é parte que deve integrar qualquer pesquisa em qualquer área, subsidiando a formulação do problema, das hipóteses e da análise dos dados (ANDRADE, 2005).

b) Pesquisa de campo: Trata-se que qualquer forma de estudo que é realizado no ambiente natural (campo) no qual ocorre os fenômenos a serem estudados (FACHIN, 2006).

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO

O estudo foi realizado em uma universidade do município de Criciúma, SC. Foram envolvidos alunos de sétimas fases do curso de Administração, dos turnos matutino e noturno, sendo considerados esses a população envolvida no estudo.

A definição de população é apresentada Apolinário (2011, p. 153):

Grupo de pessoas, objetos ou eventos que possui um conjunto de características comuns que o definem. Totalidade de pessoas, objetos ou eventos que se deseja estudar e realizar sobre a qual realizar-se-ão generalizações. Para tanto, normalmente, lança-se mão de uma amostra dessa população, que será submetida efetivamente aos procedimentos de pesquisa e a partir da qual se efetuarão as generalizações para toda a população.

Desse modo, considera-se como população do estudo o universo de 79 acadêmicos do curso de Administração da universidade em questão, assim distribuídos: Administração matutino 40 acadêmicos e Administração noturno: 39 acadêmicos.

A amostra, por sua vez, refere-se a um grupo de sujeitos ou elementos que são selecionados com base no grupo da população. Em outras palavras, trata-se de um subconjunto dos elementos da população que se encontra em estudo (FACHIN, 2006).

Com base nisso, considerando-se a população finita de 79 elementos, foi utilizada a fórmula de Barbeta (2006), com um erro amostral de 10%, para se chegar a uma amostra que fosse representativa do universo considerado, de acordo com o cálculo representado no Quadro 3.

Quadro 3 – Fórmula para o cálculo da amostra.

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Onde:
 N → tamanho (número de elementos) da população
 n → tamanho (número de elementos) da amostra
 n₀ → uma primeira aproximação para o tamanho da amostra
 E₀ → erro amostra tolerável

$$n_0 = \frac{1}{(0,10)^2} = \frac{1}{0,01} = 100$$

$$n = \frac{79 \times 100}{79 + 100} = \frac{7.900}{179} = 44$$

Fonte: Barbeta (2006).

A amostra foi do tipo probabilística, pela qual se considera que todos os sujeitos que englobam a população possuem a mesma chance de seleção no conjunto amostral (APOLINÁRIO, 2011).

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta das informações, foram considerados os dados primários, ou seja, aqueles que nunca foram apresentados ou levantados e apresentados em outros estudos, pesquisas e trabalhos e pesquisas. Trata-se de dados especificamente coletados para a pesquisa em questão (FACHIN, 2006).

Os dados foram coletados por meio de um questionário, que segundo a definição de Apolinário (2011, p. 164) é a “técnica estruturada para coleta de dados. Um tipo de instrumento de pesquisa que consiste num conjunto de perguntas escritas que devem ser respondidas pelos sujeitos do estudo”.

O questionário foi aplicado durante os dias 1º a 10 de outubro de 2014, no campus da universidade (APÊNDICE A).

3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Para análise dos resultados da pesquisa de campo, foi adotada a abordagem quantitativa. De acordo com Apolinário (2011, p. 150):

A abordagem quantitativa é a modalidade de pesquisa na qual variáveis predeterminadas são mensuradas e expressas numericamente. Os resultados também são analisados com o uso preponderante de métodos quantitativos (ex.: estatística); A pesquisa quantitativa investiga fatos em contraposição com a pesquisa qualitativa.

Dessa forma, após coletados, os dados foram abordados segundo a técnica qualitativa, visando-se sua interpretação e análise, conforme capítulo a seguir.

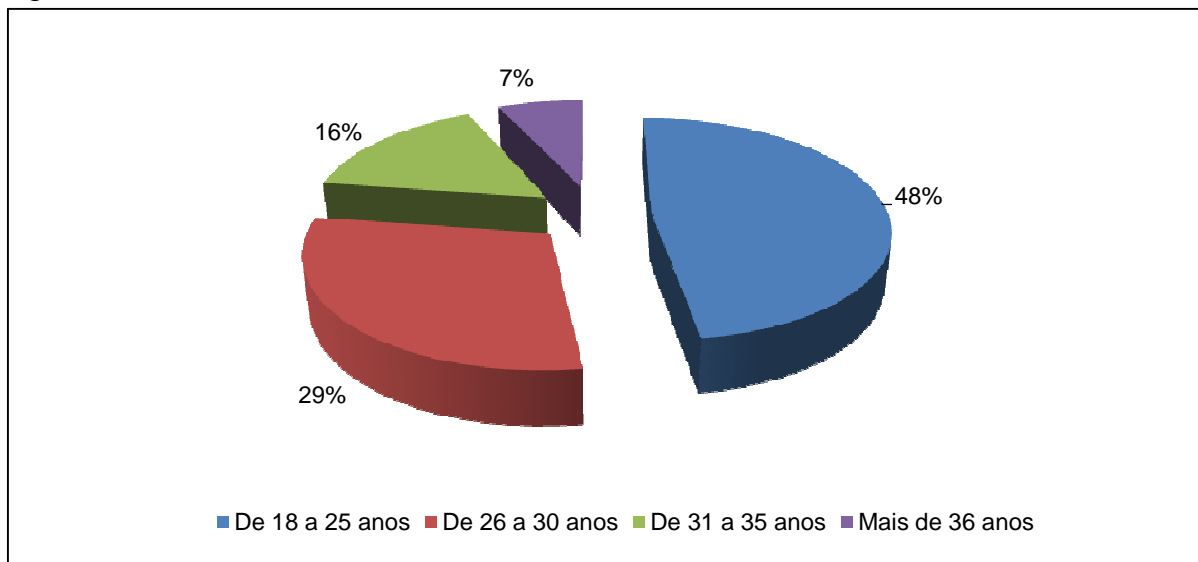
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo tem por objetivos apresentar os resultados obtidos, com sua respectiva análise da pesquisa de campo efetuada.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos gráficos representados pelas figuras que seguem, são apresentados os resultados a que se chegou com a aplicação dos questionários em suas respectivas variáveis.

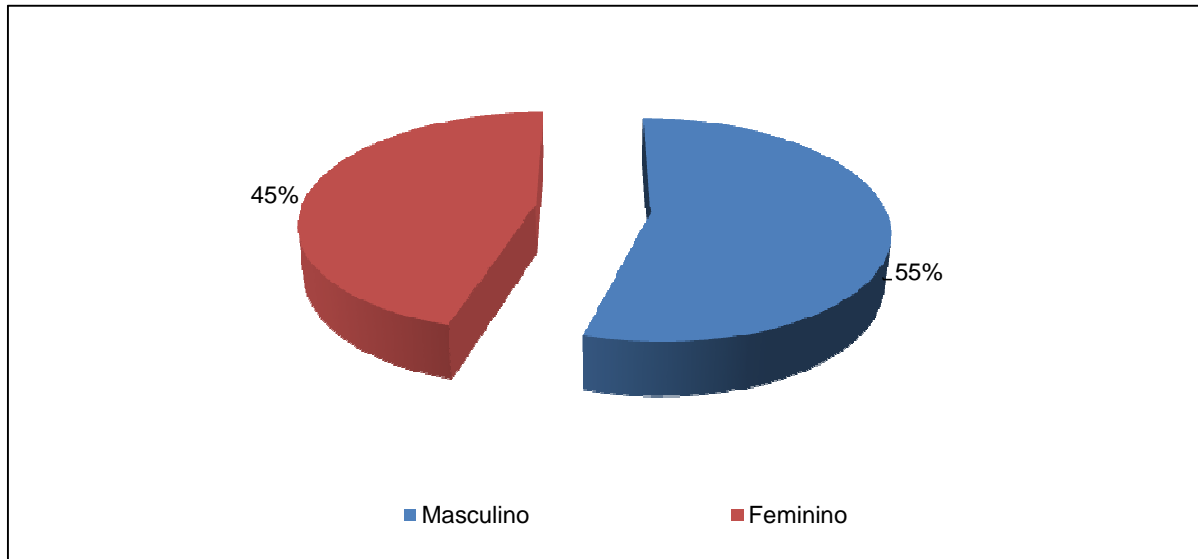
Figura 2 – Idade dos acadêmicos



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 2, verifica-se a idade dos acadêmicos da amostra, pelo qual se identifica que a maioria encontra-se na faixa etária situada entre 18 a 25 anos, com 48%, seguidos por 29% com idade entre 26 a 30 anos. Também se encontram acadêmicos com 31 a 35 anos, com 16% e 7% com idade superior a 36 anos.

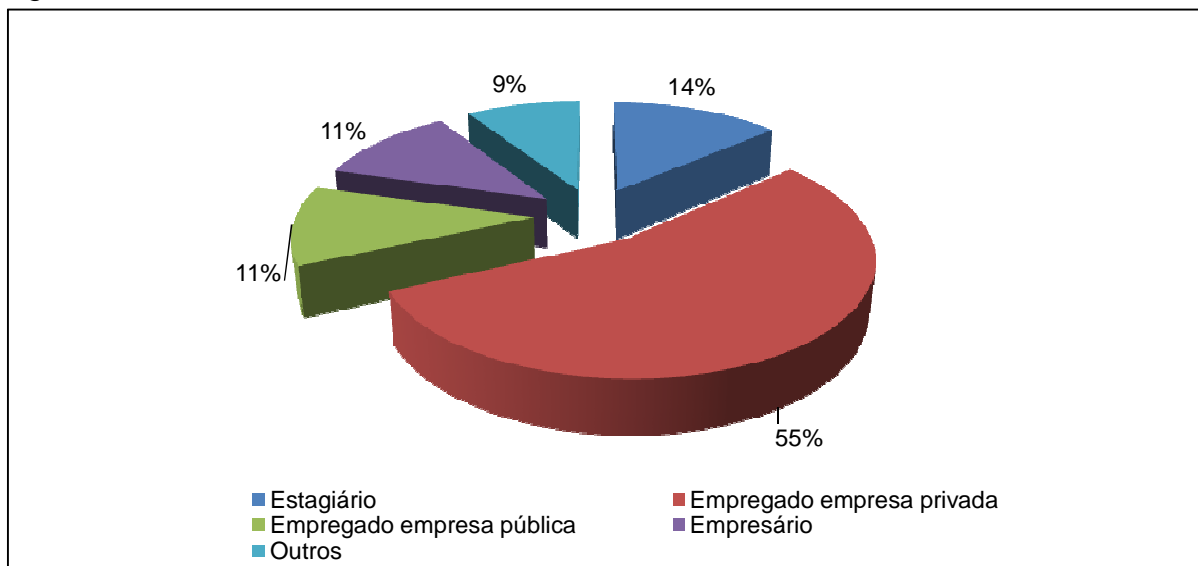
Figura 3 – Gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 3, verifica-se o gênero dos acadêmicos da amostra, pelo qual se identifica que a maioria é de homens, com 55%, enquanto 45% da amostra é composta por mulheres.

Figura 4 – Profissão

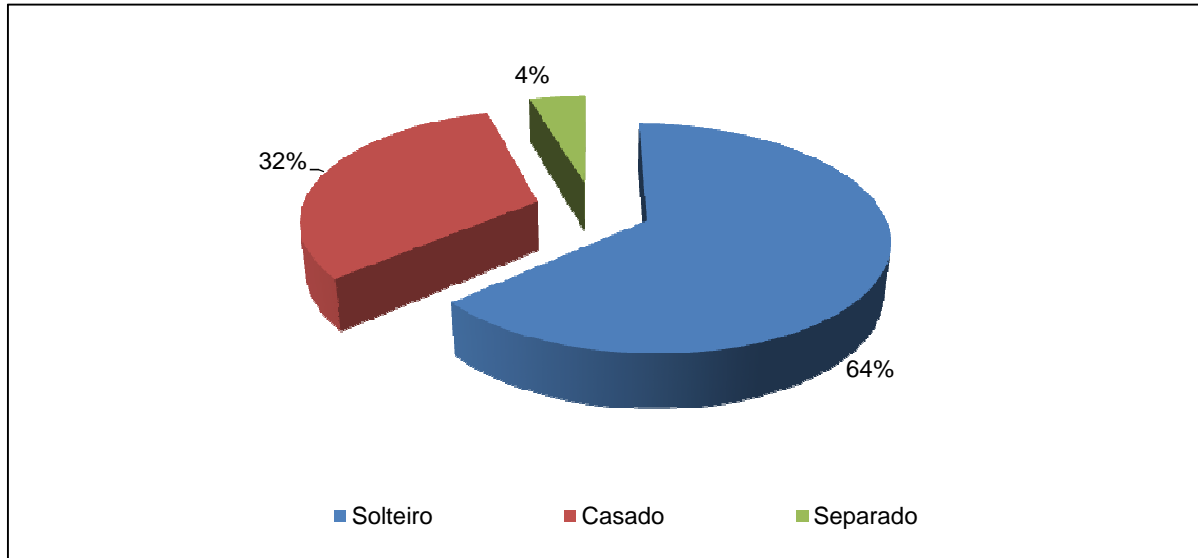


Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 4, pode-se verificar a profissão dos acadêmicos da amostra, tendo se destacado os que são empregados em empresa privada, com 46%, seguidos por 14% que são estagiários, além de 11% de empregados em empresas públicas, outros 11% que são empresários. Também foi registrado 4% de

acadêmicos em outras ocupações, das quais se destacaram aposentado, agricultor, autônomo e do lar.

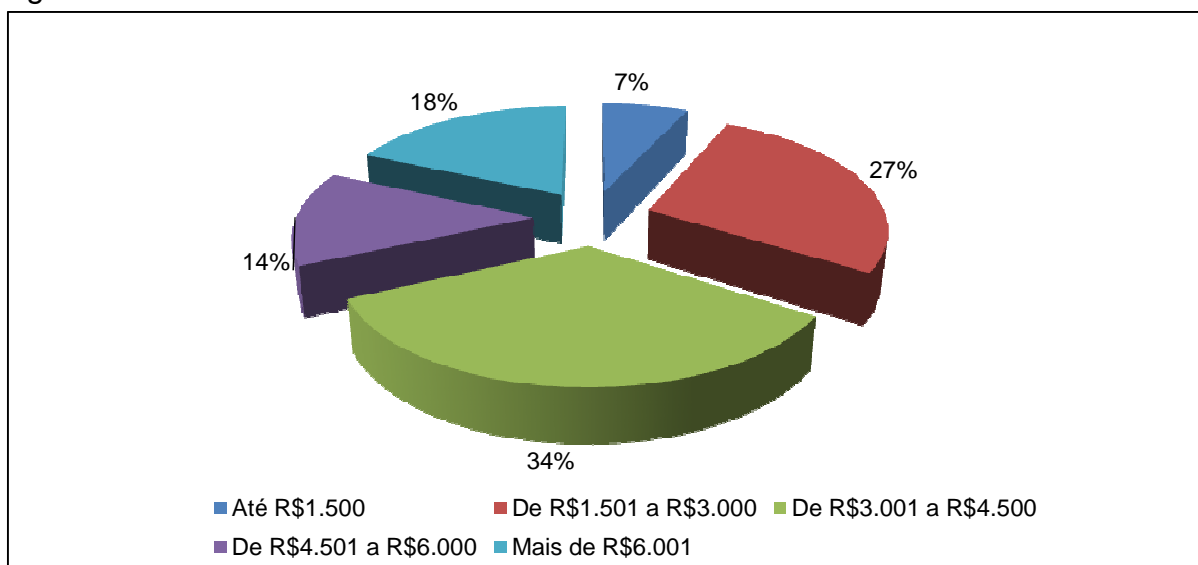
Figura 5 – Estado civil



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 5, pode-se verificar o estado civil dos participantes da amostra, na qual se verifica tratar-se de uma maioria que é solteira, com 64% das indicações, enquanto 32% é de casados e uma pequena parcela, 4%, mencionou ser separado.

Figura 6 – Renda mensal familiar

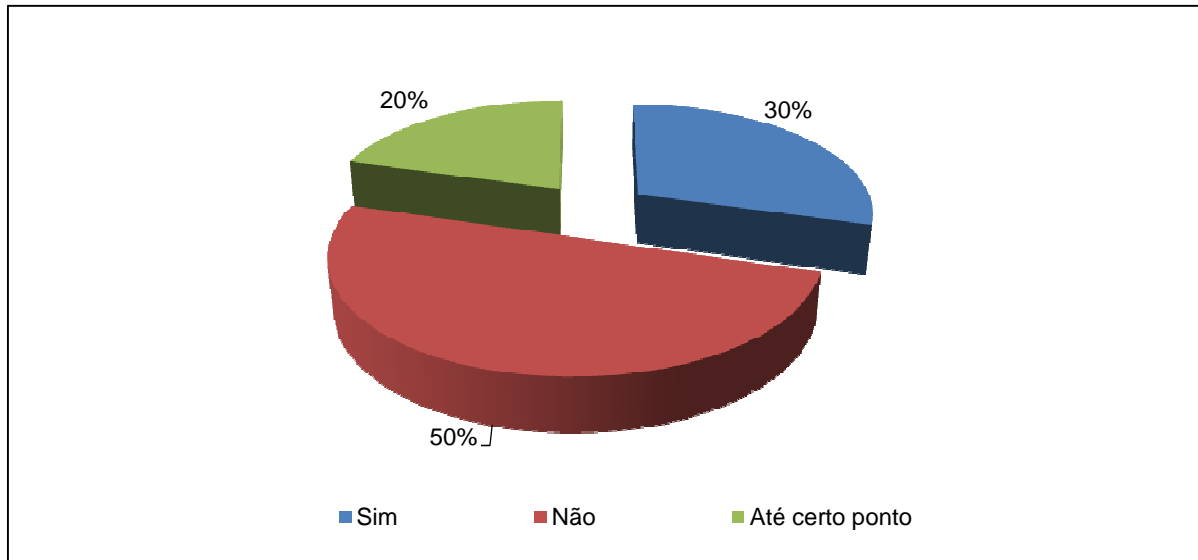


Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 6, pode-se verificar a renda mensal familiar dos

acadêmicos da amostra, na qual se destaca que a maioria afirma ser de R\$.3001 a R\$.4.500, prevalecendo em 34%, seguidos dos quais a renda é de R\$.1.501 a R\$.3.000, com 27%. Também se observa o que têm renda mensal de mais de R\$.6.001, com 18%, 14% com renda entre R\$.4.501 a R\$.6.000 e 7% de até R\$.1.500.

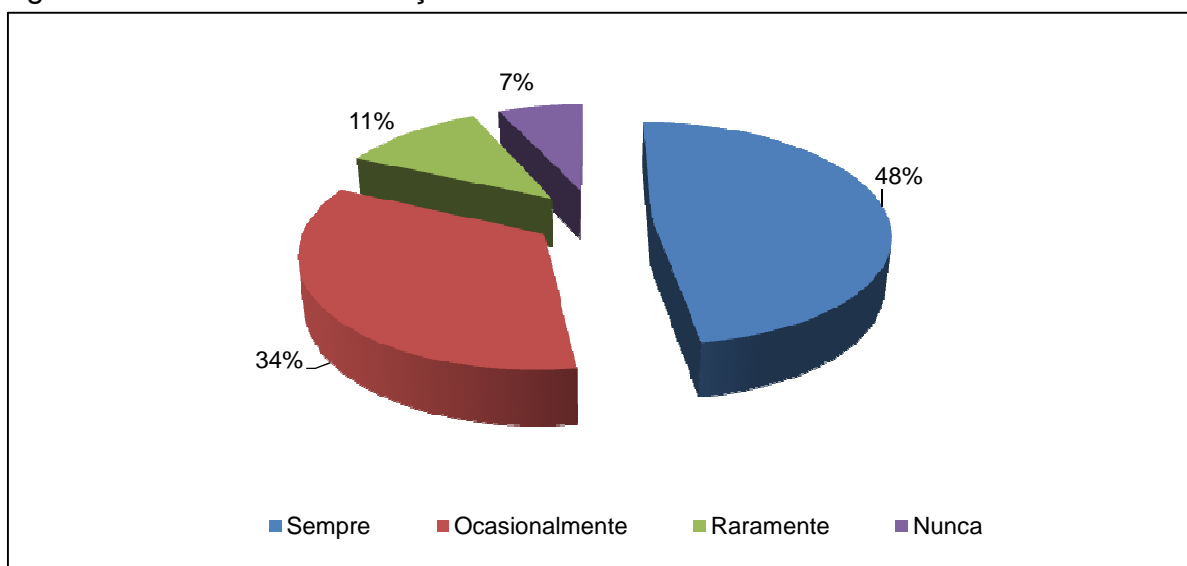
Figura 7 – Prática de planejamento financeiro formalizado



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 6, pode-se verificar a prática de realização de planejamento financeiro formalizado por parte dos acadêmicos da amostra, na qual se destaca que a maioria afirma não, num total de 50% das indicações, enquanto 30% afirmaram que sim. Também se observa que 20% afirmaram que tem planejamento financeiro formalizado até certo ponto.

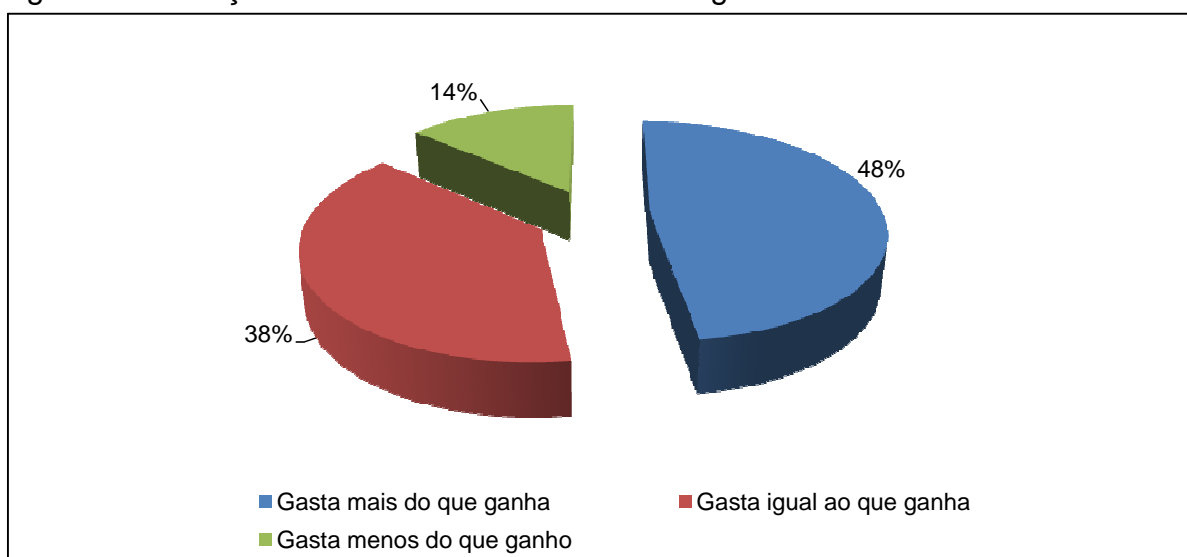
Figura 8 – Problemas com orçamento mensal



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 8, pode-se verificar o registro de problemas com o orçamento mensal, na qual se destaca que a maioria afirma sempre registra, num total de 48% das indicações, enquanto 34% afirmaram que ocasionalmente registram. Também se observa que 11% afirmaram que raramente registram e 7% nunca têm problemas com o orçamento mensal.

Figura 9 – Situação financeira atual referente aos ganhos

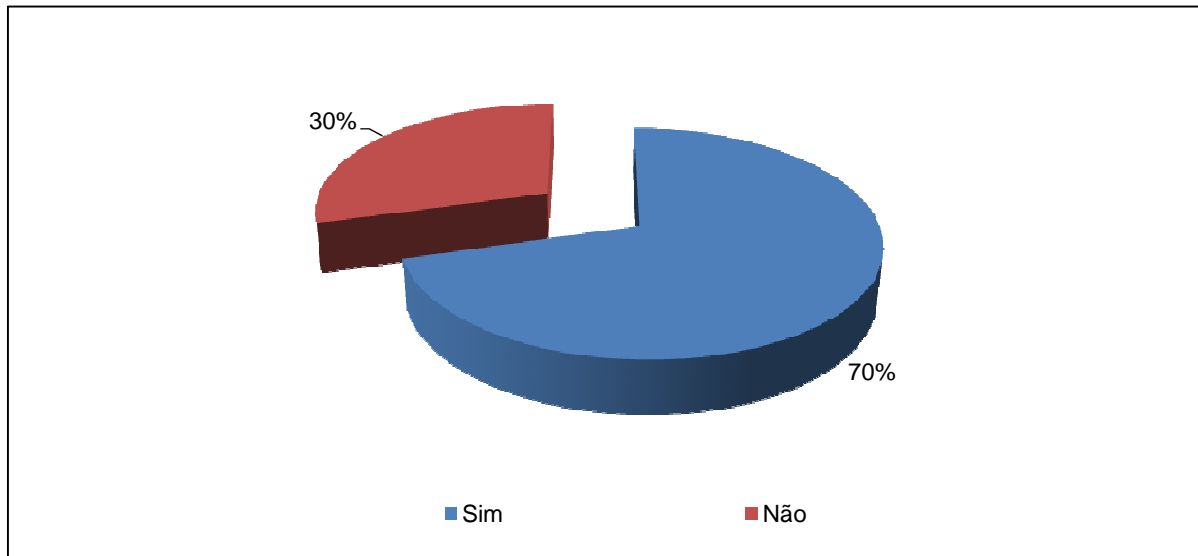


Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 9, pode-se verificar a situação financeira atual referente aos ganhos, na qual se destaca que a maioria afirma que gasta mais do que ganha, com 48%, enquanto 38% relataram que gastam igual ao que ganham,

também se percebe que há 14% gastam menos do que ganham.

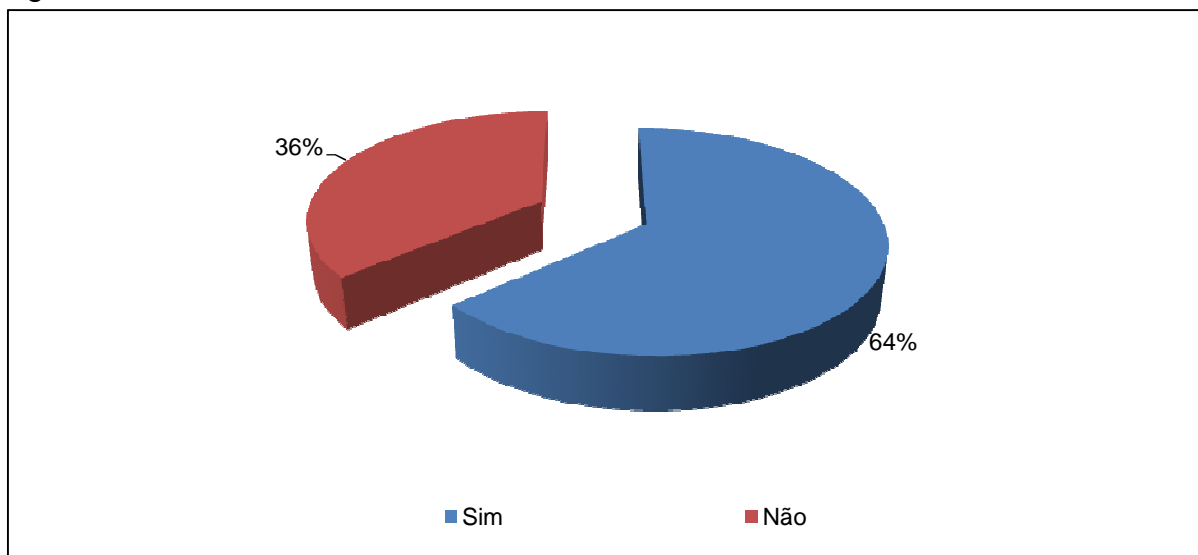
Figura 10 – Situação financeira atual referente a dívidas



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 10, pode-se verificar a situação financeira atual referente a dívidas, na qual se destaca que a maioria afirma que possui compromissos nestes termos, expresso por 70% da amostra, enquanto 30% mencionaram que não possuem dívidas.

Figura 11 – Dívidas em atraso

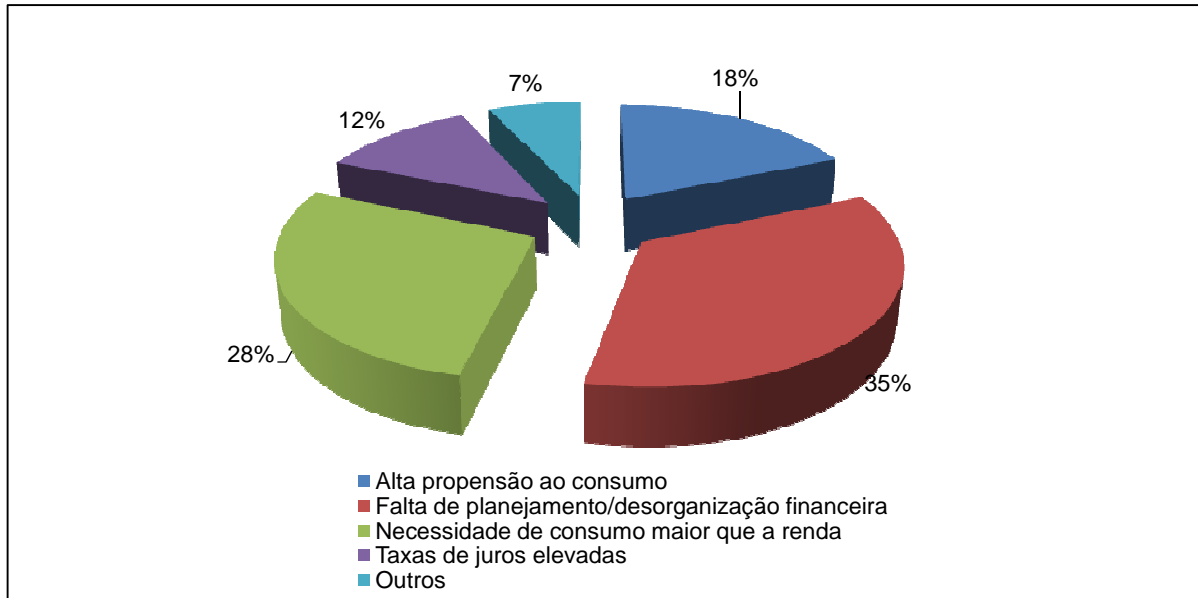


Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 10, pode-se verificar que, a maioria dos acadêmicos que mencionou possuir dívidas relata que possuem compromissos financeiros em

aberto, verificado em 64% dos casos, enquanto 36% destacaram que as dívidas estão em dia.

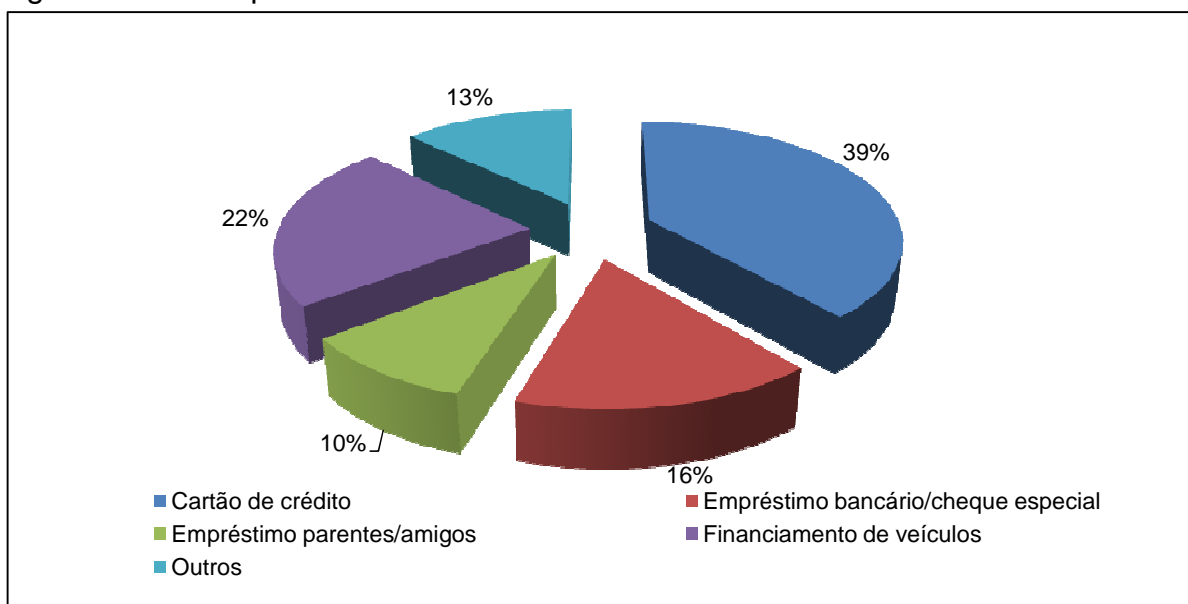
Figura 12 – Motivos para o endividamento



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 12, pode-se verificar que, a maioria dos acadêmicos que mencionou possuir dívidas e que essas estão em atraso, justificam o endividamento devido à falta de planejamento/desorganização financeira, com 35%, enquanto 28% alegam necessidade de consumo maior que a renda. Também se observa que 18% atribuem à alta propensão ao consumo, seguidos por 12% por que consideram ser pelas taxas de juros elevadas relacionadas às dívidas. Além disso, 7% citaram outros motivos, entre os quais: desemprego, queda na renda e problemas de saúde.

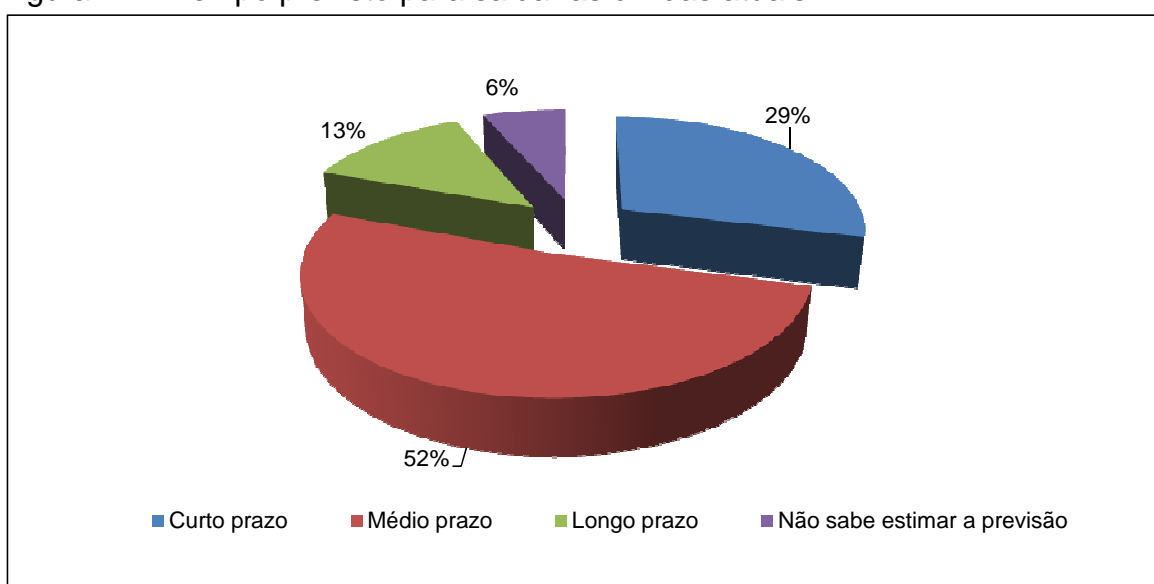
Figura 13 – Principal fonte de dívidas



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 13, pode-se verificar que, a maioria dos acadêmicos que mencionou possuir dívidas e que essas estão em atraso, afirmam que a maior fonte dessas dívidas é o cartão de crédito, com 39%, seguidos por 22% cuja dívida é de financiamento de veículos, seguidos por 16% de empréstimo bancário/cheque especial, 13% de outras fontes, entre elas, mensalidade escolar, crediário e crédito de habitação, e 10% devido a empréstimo junto a parentes e amigos.

Figura 14 – Tempo previsto para saldar as dívidas atuais

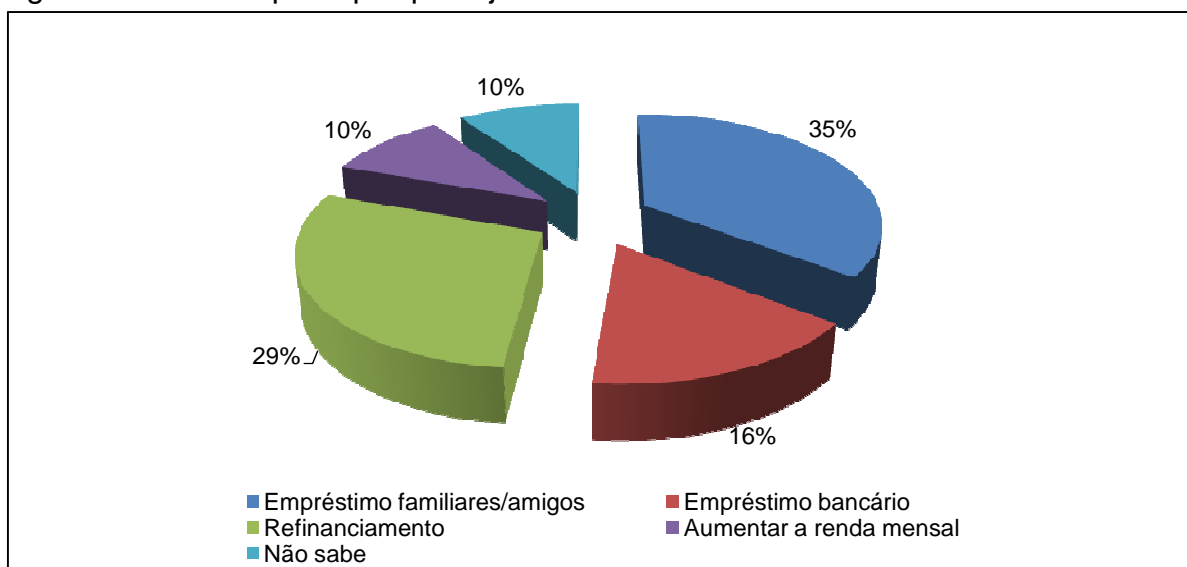


Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 14, pode-se verificar que, a maioria dos acadêmicos

da amostra que afirmou que possui dívidas, acredita que as mesmas serão salvidas a médio prazo, expresso por 52% das respostas, enquanto 29% relataram que será a curto prazo e 13% a longo prazo. Porém, 6% não souberam prever o tempo que levarão para quitar os compromissos financeiros assumidos.

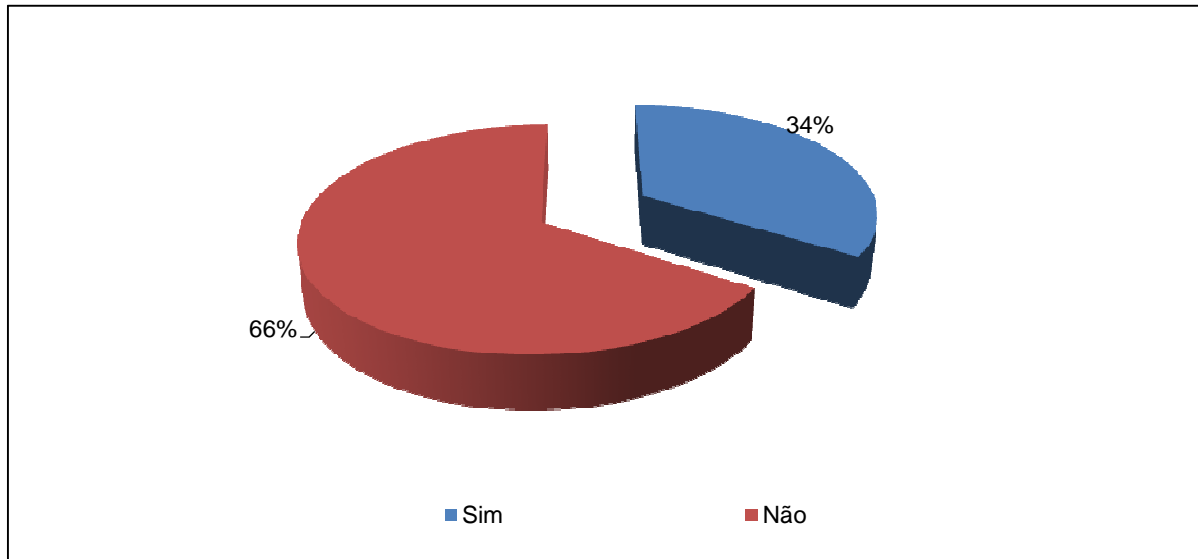
Figura 15 – Forma pela qual planeja saldar as dívidas



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 15, pode-se verificar que, a maioria dos acadêmicos da amostra que afirmou possuir dívidas, pretendem solicitar empréstimo junto a familiares ou amigos, expresso por 35% das respostas, enquanto 29% relataram que realizarão um refinanciamento e 16% por meio de empréstimo bancário. Também se observa que 10% pretendem aumentar os rendimentos mensais e 10% não sabem como irão pagar os compromissos financeiros.

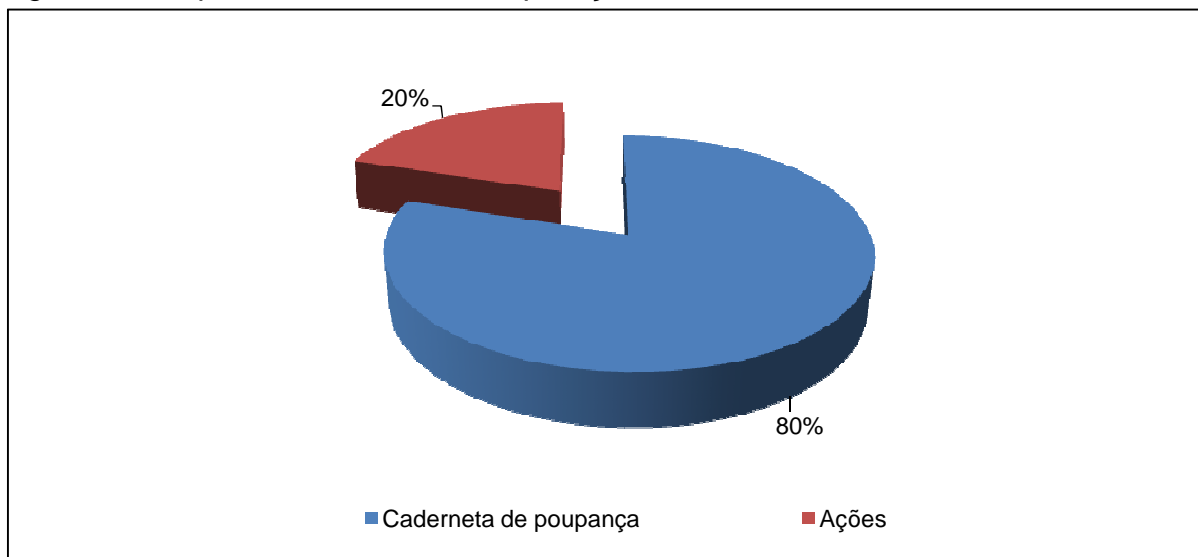
Figura 16 – Aplicação/investimentos financeiros



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 16, pode-se verificar que, a maioria dos acadêmicos da amostra afirmou que não possui nenhuma forma de investimento ou aplicação financeira, expresso por 66% das respostas, enquanto 34% relataram que costumam realizar investimento ou aplicações financeiras.

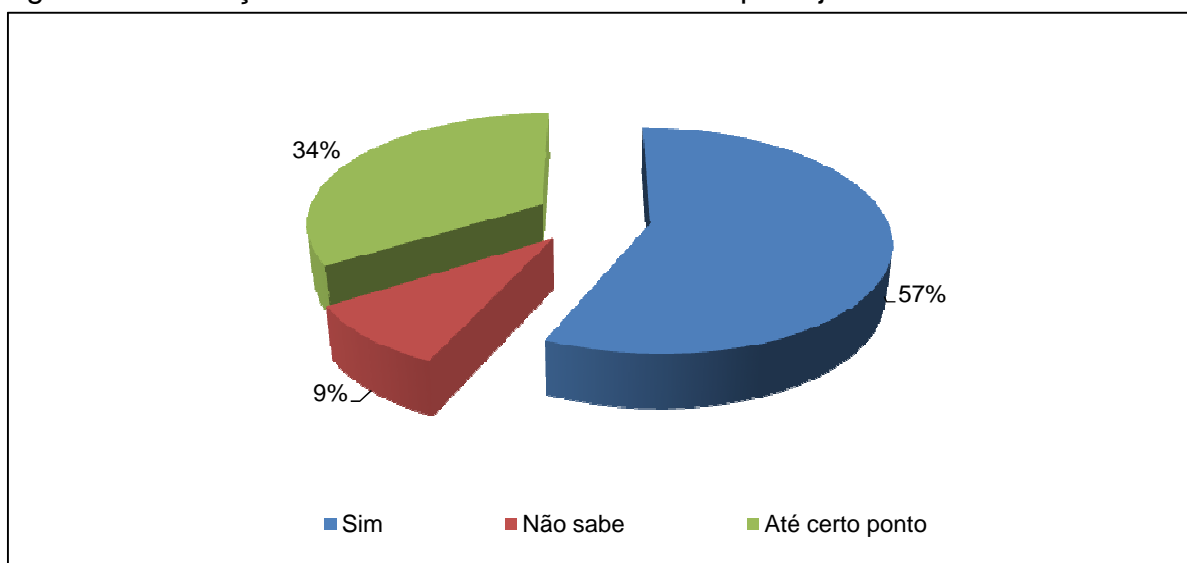
Figura 17 – Tipo ou modalidade de aplicação/investimentos financeiros



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 17, pode-se verificar que, a maioria dos acadêmicos da amostra afirmou que possui alguma forma de investimento ou aplicação financeira, a maioria utiliza caderneta de poupança, com 80% das indicações, enquanto 20% relataram que aplicam em ações da Bolsa de Valores.

Figura 18 – Relação entre endividamento X falta de planejamento financeiro



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Figura 18, pode-se verificar que, a maioria dos acadêmicos da amostra considera que há relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro, encontrado em 57% das indicações, enquanto 34% consideraram que existe esta relação até certo ponto e 9% acreditam que não.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o objetivo de verificar a relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma, realizou-se este estudo, envolvendo 44 estudantes de sétima fase de um curso de Administração, de uma universidade do município de Criciúma, SC.

Em um primeiro momento, foi possível levantar o perfil dos acadêmicos da amostra, quando identificou-se que a maioria encontra-se na faixa etária situada entre 18 a 25 anos, com 48%; do sexo masculino, com 55%, que são empregados em empresa privada, com 46%; e renda mensal familiar de R\$3.001 a R\$4.500.

Ao se avaliar o hábito de planejamento financeiro, pôde-se verificar que a maioria afirmou que não realiza de planejamento financeiro formalizado, num total de 50% da amostra, talvez devido a isso, encontrou-se a maioria sempre registra problemas no orçamento mensal, num total de 48% das indicações.

Ao se identificar a situação financeira referente aos ganhos foi verificado

que a maioria gasta mais do que ganha, com 48%.

Buscando-se verificar as condições financeiras atuais referente a dívidas, foi possível observar que a maioria possui compromissos nestes termos, expresso por 70% da amostra, dos quais em 64% dos casos registram inadimplência ou dívidas com pagamento em atraso. A maior fonte dessas dívidas é o cartão de crédito, com 39%, a serem pagas em médio prazo, com 52% das respostas, por meio de solicitação de empréstimo junto a familiares ou amigos, identificado em 35% dos casos.

No que se refere aos motivos do endividamento, a maioria justificou o endividamento devido à falta de planejamento/desorganização financeira, com 35% das respostas.

Ao se identificar os hábitos de poupança, observou-se que a maioria dos acadêmicos da amostra não possui nenhuma forma de investimento ou aplicação financeira, expresso por 66% e os que relataram possuir utilizam principalmente a caderneta de poupança, com 80%.

Conforme se pode observar, os resultados obtidos no estudo confirmam os pressupostos teóricos, tendo em vista que a falta de planejamento financeiro influencia diretamente no descontrole das finanças pessoais, muitas vezes levando os indivíduos ao endividamento e à contratação de mais dívidas, inclusive para saldar as que já se encontram em aberto.

4.3 PROPOSTAS DE SUGESTÕES

A partir dos resultados obtidos, pode-se sugerir algumas estratégias para ajudar a solucionar a problemática relacionada a esse fenômeno, tais como fornecer aportes sobre educação financeira, planejamento financeiro, gestão das finanças pessoais e outros tópicos ligados ao tema.

Tais iniciativas podem ser tomadas por instituições que lidam diretamente com jovens, tais como universidades, escolas, instituições profissionalizantes, igrejas, associações comerciais, instituições financeiras ou bancárias, entre outras, buscando-se fornecer meios para que esses indivíduos tenham menos vulnerabilidade ao consumo sem necessidade e à gestão de suas finanças, como forma de que estejam melhores preparados para lidar com o dinheiro, evitando o endividamento e os problemas que decorrem deste fenômeno.

5 CONCLUSÃO

Por meio deste estudo, foi possível verificar que o endividamento das famílias vem crescendo na sociedade brasileira, envolvendo muitos jovens, que não controlam seus gastos, mesmo já estando frente aos limites ou até mesmo já ultrapassado os valores que possuem de crédito.

Este fenômeno do endividamento é devido a diversos fatores, tais como o acesso facilitado ao crédito, maior influência da mídia para aquisição de produtos e serviços não essenciais e à falta de planejamento financeiro pessoal, que leva ao descompasso entre receitas e despesas, numa clara falta de gestão das finanças pessoais.

Com este direcionamento, o objetivo do estudo foi verificar a relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma, SC, envolvendo 44 estudantes que cursam a sétima fase de um curso de Administração, de uma universidade do município de Criciúma SC.

Os resultados indicaram que os jovens do estudo possuem problemas na administração de seu orçamento mensal, com gastos maiores do que os ganhos, dívidas em atraso, principalmente às devidas a cartão de crédito. Além disso, foi observado que não há prática de economizar seus recursos com aplicações ou investimentos. Da mesma forma, observou-se que o principal motivo alegado para o acúmulo de dívidas é a falta de planejamento ou desorganização financeira.

Desse modo, pôde-se concluir que a falta de planejamento financeiro influencia diretamente no descontrole das finanças pessoais, o que leva ao endividamento e à contratação de mais dívidas, inclusive para saldar as que já se encontram em aberto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eva Maria. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

APOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 6.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

CERBASI, Gustavo. **Investir não é o mesmo que poupar**. 2009. Disponível em: <<http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/investir-nao-e-o-mesmo-que-poupar.html/>>. Acesso em: 14 abril 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. 2014. **Perfil do endividamento das famílias brasileiras**. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2013>>. Acesso em: . Acesso em: 14 abril 2014.

DIAS, S. E. F. et al. Efeitos das estratégias de marketing de compras coletivas sobre o comportamento impulsivo. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 3, p. 138-151, 2014.

DOMINGOS, Reinaldo. Como livrar-se das dívidas. 2009. Disponível em: <http://www.livre-se-das-dividas.com.br/artigos_sobre_como_livrar_se_das_dividas.asp>. Acesso em: . Acesso em: 14 abril 2014.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Roberto G. **Matemática financeira aplicada: mercado de capitais, administração financeira, finanças pessoais**. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Os jovens e o endividamento familiar**. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.3, n. 1, março, 2010.

FERREIRA, Rodrigo. **Como planejar, organizar e controlar o seu dinheiro**. São Paulo: Thonsom, 2006.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 12, n. 2, p. 13-35, 2013.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: você é o maior responsável**. 16 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, F. S. B.; LOPES, T. A. M. Finanças pessoais: um estudo com alunos do Curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 7, n. 2, p. 221-251, 2014.

PÓVOA, Alexandre. **Mundo financeiro: o olhar de um gestor**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, José Odálio dos. **Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático**. São Paulo: atlas, 2014.

VILAIN, J. S. B.; PEREIRA, M. F. O impacto do status no planejamento financeiro pessoal: estudo de caso com os advogados de Florianópolis, Santa Catarina. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 14, n. 3, p. 470-488, 2013.

WILLIAN, Enio. **Planejamento financeiro: isso pode mudar a sua vida**. Disponível em: <<http://invistaemvoce.spaceblog.com.br/281911/Planejamento-financeiro-isso-pode-mudar-a-sua-vida/>>. Acesso em: 14 abril 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS

Questionário de Pesquisa

O presente questionário integra a pesquisa desenvolvida pela acadêmica **Joana Francisco Vieira** e seu professor orientador **Jorge Antônio Marcelino**, que tem por objetivo **verificar a relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma.**

Na busca de informações que possibilitem a elaboração do estudo monográfico e a conclusão do curso de graduação em Administração com Linha de Formação Específica em Comércio Exterior pela UNESC solicita-se a sua importante colaboração, por meio da participação nesta pesquisa.

Salienta-se que não será divulgado o nome dos participantes, uma vez que a pesquisa preza pelo anonimato das informações.

Obrigado pela atenção

1 Qual sua idade?

- 18 a 25 anos
- 26 a 30 anos.
- 31 a 35 anos
- 36 anos ou mais

2 Gênero:

- Masculino
- Feminino

3 Profissão

- Estagiário
- Empregado em empresa privada,
- Empregado em empresa pública
- Autônomo
- Empresário
- Agricultor
- Do lar
- Desempregado

4 Estado civil

- Solteiro
- Casado
- Separado
- Viúvo

5 Renda mensal familiar:

- Até R\$1.500
- De R\$1.501 a R\$ 3.000
- De R\$ 3001 a R\$4.500
- De R\$4.501 a R\$6.000
- Mais de R\$6.001

6 Possui planejamento financeiro formalizado?

- Sim
- Não
- Até certo ponto

7 Você registra problemas com orçamento mensal?

- Sempre
- Ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

8 Qual é a sua situação financeira atual referente aos ganhos?

- Gasta mais do que ganha
- Gasta igual ao que ganha
- Gasta menos do que ganha

9 Possui dívidas?

- Sim
- Não

10 Possui dívidas em atraso?

- Sim
- Não

11 Qual o tempo previsto para saldar as dívidas atuais?

- Curto prazo
- Médio prazo
- Longo prazo
- Não saber prever

12 Como pretende saldar suas dívidas?

- Empréstimo junto a familiares ou amigos,
- Empréstimo bancário
- Aumentar os rendimentos mensais
- Não sabe

13 Qual o principal motivo que leva ao atraso das dívidas?

- Alta propensão ao consumo
- Falta de planejamento/desorganização financeira
- Desemprego ou queda na renda
- Taxas de juros elevadas
- Problemas de saúde
- Facilidade de acesso ao crédito
- Outro, qual? _____

14 Qual a principal fonte da sua dívida?

- Cartão de crédito
- Empréstimo bancário/cheque especial
- Empréstimo parentes/amigos
- Financiamento de veículos
- Outra, qual?

15 Você tem alguma forma de aplicação/investimento financeiro?

- Sim
- Não

16 Em caso positivo, qual a modalidade de aplicação/investimento financeiro?

- Caderneta de poupança
- Certificado de Depósito Bancário (CDB)
- Fundos de investimentos
- Tesouro Direto
- Títulos públicos
- Previdência Complementar
- Ações

17 Você acredita que existe relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal?

- Sim
- Não
- Até certo ponto